

Palavras de Alicia Bárcena, Secretária-Executiva da CEPAL, na cerimônia de inauguração da décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, Brasília, 13 de julho de 2010

Senhor Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores do Brasil
Senhora Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil
Senhora Michelle Bachelet, ex-Presidenta do Chile
Senhoras ministras, senhoras e senhores representantes dos Estados membros da CEPAL
Senhoras e senhores representantes dos organismos do sistema das Nações Unidas e em especial, senhora Rachel Mayanja, Subsecretária Geral e Assessora Especial do Secretário Geral em Questões de Gênero e Avanço da Mulher
Senhoras e senhores delegados das organizações internacionais com representação na República Federativa do Brasil
Autoridades nacionais
Representantes de organizações não governamentais e da sociedade civil
Querida Sonia Montañó, Oficial a cargo da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL, e queridas colegas da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL
Queridas amigas

Sejam minhas primeiras palavras um grande abraço de boas-vindas para todas vocês a esta que é sua conferência, foro político principal da América Latina e do Caribe, onde se discute e se aprova a agenda de gênero para a região.

Como primeira Secretária-Executiva da CEPAL é, para mim, uma honra inaugurar esta décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Faço-o emocionada e agradecida. Sei que estou aqui, porque muito antes de mim, outras mulheres conquistaram um primeiro direito, o mais importante de todos, “o direito a ter direitos”. Por isso meu agradecimento e reconhecimento às pioneiras do movimento feminista e a todas as mulheres que a partir de diversas vertentes e origens se somaram a esta onda imensa de justiça e igualdade que é o movimento de mulheres da América Latina e do Caribe.

Quero agradecer também por meio de Nilcéa Freire e Celso Amorim o enorme esforço que o Brasil realizou para o sucesso desta conferência. Obrigada pela generosidade, pelo profissionalismo, pela hospitalidade da qual desfrutamos e desfrutaremos ao longo destes dias.

Amigas e amigos,

Há umas semanas nos apresentamos em Brasília armados de uma “prudente ambição” para propor a nossos governos uma agenda de desenvolvimento cujo eixo articulador era a igualdade. O fizemos honrando a melhor tradição cepalina através de um documento que intitulamos “*A hora da igualdade: brechas por selar, caminhos por abrir*” e onde afirmamos que a igualdade é titularidade de direitos, que o Estado cumpre um papel insubstituível para o alcance de umbrais mínimos de bem-estar e que a igualdade não reduz o impulso nem os recursos do dinamismo econômico.

Hoje regressamos para apresentar a vocês o primeiro documento prestando tributo a esta proposta de desenvolvimento, que se chama “Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?”, que em breves momentos terei o privilégio de expor e que se centra no

papel que o Estado deve cumprir para conseguir que os avanços obtidos na esfera pública se projetem na esfera privada e que as conquistas no mercado de trabalho se traduzam também para a esfera do cuidado, para tornar visível o nexos entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo e entre o trabalho do cuidado e o desempenho produtivo na economia.

Vimos a Brasília para propor caminhos de igualdade, caminhos que iniciam seu trânsito por meio da conquista e conservação da autonomia física, autonomia na tomada de decisões, e da autonomia econômica das mulheres.

Entendemos a autonomia física como a capacidade das mulheres de controlar seus próprios corpos e de ser e estar livres de toda forma de violência, e de usufruir e exercer plenamente os seus direitos sexuais e reprodutivos.

Visualizamos a autonomia política como um caminho sustentado para a paridade.

E afirmamos que a autonomia econômica só será possível, na medida em que esteja assegurada a redistribuição do trabalho total, isto é, do trabalho não remunerado e do trabalho remunerado.

No primeiro caso, devemos redistribuir de modo mais justo as responsabilidades do cuidado, criando infraestrutura social e investindo economicamente em serviços adequados que permitam o cuidado de crianças, enfermos e idosos, convertendo-os em uma tarefa de responsabilidade social. No segundo caso, devemos romper a segmentação trabalhista para que os países desenvolvam políticas para tirar as mulheres dos empregos pior remunerados, mais precários, especialmente afetados pela flexibilização laboral sem proteção social e romper também o teto de cristal que impede que aquelas mulheres que chegam a empregos formais possam alcançar posições de liderança no mundo empresarial.

Querida Nilcéa,

O Brasil é um dos países pioneiros no reconhecimento do princípio de igualdade. As reformas constitucionais de 1988 inauguraram um longo período de institucionalização da perspectiva de gênero na região, e serviram de exemplo para muitos países para levar as instituições que transformariam as demandas de igualdade em realidade ao nível constitucional ou ao nível de lei.

Um claro exemplo disto é a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que hoje já pode ostentar a hierarquia mais elevada na administração pública brasileira reafirmando uma tendência regional de fortalecimento e hierarquização dos mecanismos de gênero. Outro exemplo, dentre outros, foi a criação das Delegacias da Mulher, experiência orientada a transformar o que eram órgãos repressores do Estado em mecanismos de proteção das mulheres violentadas. Este exemplo tem sido seguido por muitos países da região e também do mundo.

O Brasil implantou também uma maneira distinta de fazer políticas públicas, e por isso o meu reconhecimento para Nilcéa Freire, quem desde seu Ministério também abriu as portas para a sociedade civil por meio das conferências nacionais de mulheres. Isto tem sido um elemento chave para o avanço em termos de saúde, educação, participação

política, assim como das doze esferas de preocupação da plataforma de ação de Beijing.

Seguindo o seu exemplo, hoje, pela primeira vez em uma Conferência Regional sobre a Mulher, a representante da sociedade civil encontra-se sentada conosco nesta cerimônia inaugural. Creio que devemos felicitar-nos por esta iniciativa.

Por fortuna, o Brasil não tem estado sozinho neste largo processo de construção da igualdade de gênero. Muitos países da região têm dado passos muito importantes: o Chile, dentre outros louváveis esforços em prol da paridade, efetuou profundas reformas previdenciárias, em virtude das quais se reconhece, pela primeira vez, as dificuldades que as mulheres encontram ao longo de suas vidas para inserir-se no mercado de trabalho; criou um sistema de creches e pôs à disposição da cidadania a pílula do dia seguinte. O Uruguai compartilha também o reconhecimento por suas reformas à seguridade social.

A Argentina se destaca em relação às cotas e ao avanço das mulheres no poder legislativo. A Costa Rica é outro exemplo de criatividade em âmbitos de igualdade na família, leis de paternidade responsável e de licenças parentais.

Outros países como o Estado Plurinacional da Bolívia, o Equador e a República Bolivariana da Venezuela colocaram a igualdade de gênero no cerne de suas reformas constitucionais, avançando na eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. No México foi aprovada uma lei de igualdade que fortalece o papel dos mecanismos para o avanço da mulher.

Os países do Caribe têm feito esforços extraordinariamente importantes em muitos âmbitos das políticas públicas, dando grandes passos na luta contra a violência de gênero assim como na reforma da legislação familiar, com o fim de que as mulheres não tenham de perder autonomia econômica quando suas relações conjugais se rompem. Igualmente, fazem notáveis esforços na luta contra a pandemia do HIV/AIDS e sua crescente feminização.

Amigas

Há três anos esta Conferência aprovou o Consenso de Quito, verdadeiro mapa de rota para as políticas públicas de gênero na região. Hoje, os países, organismos internacionais e a sociedade civil medimos nossos avanços usando este Consenso como matriz de comparação. Ainda mais; no âmbito desta Conferência conheceremos o ISOQUITO, iniciativa inovadora da sociedade civil, criada precisamente com este propósito.

Quisera também destacar os notáveis progressos alcançados nos últimos três anos para dar forma jurídica, legal, constitucional e política aos compromissos assumidos em Quito. Quatorze países da região incluíram perguntas relacionadas com o uso do tempo, seja como módulos ou pesquisas específicas, e pelo menos quatro países fizeram esforços concretos para medir o aporte do trabalho doméstico não remunerado ao PIB e estão encaminhados a adotar, no curto prazo, contas satélites dos domicílios.

Um dos frutos mais importantes do Consenso de Quito foi o estabelecimento do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe. Hoje podemos afirmar que dispomos de mais e melhor informação estatística dos países, que atualmente pode ser processada graças a esta iniciativa. Neste ponto quero agradecer, por um lado, à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e à Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)¹, que apoiaram a solicitação dos governos de implantar o Observatório da igualdade de gênero. Também quero agradecer porque este esforço é exemplo de um trabalho interinstitucional com a colaboração do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), do Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para Promoção da Mulher (INSTRAW) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Observatório inspirou-se nas experiências da Colômbia e do México e agora temos o prazer de saudar a existência de novos observatórios como o Observatório do Brasil, o da República Bolivariana da Venezuela, o da Argentina e, em violência contra as mulheres, o do Peru e o do Panamá e, por último, o Observatório do Conselho de Ministras da Mulher da América Central (COMMCA).

Este observatório converteu-se em uma ferramenta que ajuda a fazer o seguimento tanto da Plataforma de Ação de Beijing quanto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como das agendas regionais, e está alentando os países do Caribe e da América Latina a constituir redes de intercâmbio horizontal para melhorar e cumprir com os desafios suscitados.

Quero também aproveitar esta ocasião para compartilhar a satisfação da CEPAL pela aprovação da resolução pela qual a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu criar ONU Mulheres (*UN Women*). Com esta nova entidade a igualdade e o empoderamento da mulher alcança o mais alto nível de consideração das Nações Unidas. A maneira como articulemos o global com o regional e o local será chave para fazer desta nova entidade a alavanca para o avanço das políticas de gênero em todo o mundo. No âmbito desta iniciativa vemos também uma oportunidade para articular e aprofundar ainda mais a coordenação com os organismos que estão fora do sistema das Nações Unidas, como a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da OEA e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB).

Estimadas amigas

Não poderia finalizar minhas palavras sem prestar meu reconhecimento a duas mulheres essenciais que hoje nos acompanham. Ambas significam muito em seus países e dentro desta região. Uma cepalina dos inícios da instituição, dona de uma implacável inteligência e de um enorme prestígio acadêmico e mestra de gerações de economistas brasileiros e latino-americanos. Recentemente lhe prestamos uma homenagem na CEPAL e com humildade a reconhecemos como nossa irmã mais velha. A segunda, médica, governou seu país enfrentando com grande êxito e decisão a pior crise econômica dos últimos 80 anos, sem pôr em risco as políticas de proteção social que caracterizaram o seu governo, é admirada e reconhecida em todo o mundo,

¹ Para a etapa de definição da formulação do Observatório, contou-se com o apoio do Fundo Fiduciário do Governo da França.

por sua coragem, coerência e liderança e para o movimento de mulheres é parte de nosso patrimônio. Duas mulheres que de distintos âmbitos lutaram intensamente pela justiça e pela igualdade. Refiro-me à mestra Maria da Conceição Tavares e à ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet. Com modéstia, com admiração e com alegria, lhes agradeço por estarem aqui.

Amigas e amigos

Nosso caminho à igualdade tem sido uma marcha constante, uma construção diária, uma acumulação permanente de avanços civilizatórios que logo tornamos patrimônio de toda a sociedade, desde o direito a votar até o direito à autonomia de nossos corpos, desde a paridade e as leis de cotas até renegociar as tarefas do cuidado, desde reler a história e compreender os mecanismos culturais que facilitaram a opressão das mulheres até construir um futuro melhor.

Uma marcha constante, obstinada, intransigente. Isso é o que somos e por isso estamos aqui, para nos comprometer com novos avanços, para jurar não retroceder, para nos armar com novos argumentos e capacidades e voltar para nossos países convencidas de que a igualdade e a equidade de gênero são os outros nomes da liberdade e da democracia.

Sejam bem-vindas à décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe.